



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA
SCS - B Quadra 09, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 8º andar, CEP: 70308-200 –
Brasília/DF.
(61) 2027-3344/3534 - conanda@sdh.gov.br

261ª Assembleia Ordinária do Conanda

Resumo Executivo

10 de maio de 2017

Local: Sala Plenária – 10º Andar – SEDH

Horário: 14h às 18h

Conselheiros Titulares Presentes:

Governamentais:

Cláudia de Freitas Vidigal - Secretaria Especial de Direitos Humanos

Eduardo de Araujo Nepomuceno - Ministério da Justiça e Cidadania (ouvinde)

Juliana Maria Fernandes Pereira - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

Manoela Dutra Macedo - Casa Civil

Deuzineia Nogueira da Silva – Ministério do Trabalho e Emprego

Sociedade Civil:

Roberta Motta – Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços - ACM

Anna Beatriz Langue Peranovich Leite - Federação Nacional das APAES-FENAPAES

Catarina de Santana Silva - Fundação Fé e Alegria do Brasil

Vitor Cavalcante Sousa Valério - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB

Edmundo Ribeiro Kroger - Centro de Educação e Cultura Popular

Glícia Thais Salmeron de Miranda - Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

Jimena Djauara Nunes da Costa Grignani - Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC

Lucimara Cavalcante - Associação Internacional Maylê Sara Kalí

Marco Antônio Soares - Central Única dos Trabalhadores - CUT

Renato Cesar Ribeiro Bonfim - Casa de Cultura Ilê Asé D' Osoguâ - CCIAO

Romero Jose da Silva - Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente- ANCED

Vitor Pegler – Instituto Telles

Conselheiros Suplentes Presentes:

Governamentais

Claudio Luiz Pinheiro da Silva - Ministério do Esporte

Danyel Iório - Secretaria Especial de Direitos Humanos

Luiz Claudio Barcelos - Ministério da Saúde

Maria Yvelônia dos Santos Araújo Barbosa - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

Avelina Alves Lima Neta – Ministério da Previdência Social

Egerton Verçosa Neto – Ministério da Cultura

Claudio Luiz Pinheiro Silva – Ministério do Esporte

Sociedade Civil:

Antonio Lacerda Souto - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG

Manoel Torquato Carvalho de Souza - Associação Nacional Criança Não é de Rua

Thais Nascimento Dantas - Instituto Alana

Demais Participantes:

Ana Claudia Castro - UNESCO/Conanda/SDH/MDH

André Lima - Conanda/SNDCA/MDH

Arlete Alves - Conanda/ SNDCA /MDH

Cleide Duarte - Conanda/ SNDCA /MDH

Marcia Rocha - FNDCA

Maria Gutenara Martins Araújo - Coordenadora-Geral do Conanda/ SNDCA/MDH

Pauta

PAUTA

AGENDA 261ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

10/05

Local: SDH – Edifício Parque Cidade Corporate.

9h-12h: Reunião das Comissões Permanentes do Conanda;

CPP: Sala hall dos elevadores, 9º andar;

CMF: Sala de reuniões da SNDCA, 8º andar;

CDHAP: Sala de reuniões da SNPDPD, 8º andar;

COF: Sala Plenária, 10º andar.

10/05 – Assembleia Ordinária

Local: Sala Plenária – SDH, 10º andar.

14h-14h10: Abertura, aprovação da pauta da 261ª Assembleia Ordinária;

Pedido de retirada de pauta do ponto sobre os GTs

14h10-18h: Relatoria das Comissões;

14h10-15h10: Comissão de Mobilização e Formação – CMF;

15h10-16h10: Comissão de Orçamento e Finanças – COF;

16h10-17h10: Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar –
CDHAP;

17h10: Encerramento do primeiro dia de Assembleia.

17h10-18h: Reunião da Comissão de Seleção do Edital do Fundo (local: Sala Plenária, 10º andar).

11/05

Local: Sala Plenária – SDH, 10º andar.

9h-10h: Apresentação do status das ações do Plano de Comunicação do Conanda;

10h-11h: Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- Comissão Organizadora: composição;

11h-12h: FONACRIAD

12h-14h: Intervalo para almoço;

14h-15h: Relatoria das Comissões (continuação):

14h-15h: Comissão de Políticas Públicas – CPP;

15h-16h: Definição dos GT's do Conanda para a gestão 2017-2018;

16h-17h: Apresentação da Professora Caroline Arcari sobre crianças e adolescentes intersexo;

17h: Encerramento da 261ª Assembleia Ordinária do Conanda.

Item 1. Abertura, aprovação da pauta da 261ª Assembleia Ordinária e informes;

Principais pontos abordados:

O conselheiro Adriano de Brito da Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços – ACM desejou boa tarde a todos e pede atenção para informar sua substituição na representação do Conselho pela Sr.ª Roberta Motta. O vice-presidente do Conanda Marco Antônio Soares do início as atividades cumprimentando à todos com boa tarde e informando a ausência da presidente do Conanda Cláudia Vidigal que está em outra atividade e que a mesma chegara no decorrer da tarde, informa que o conselheiro suplente Danyel Iório estará juntamente com ele presidindo os trabalhos e menciona a secretaria executiva Maria Gutenara e a participação dos adolescentes representantes do G-38 Tiago Modena e Emanuely Allves. Informa que além da presença dos adolescentes e da substituta do conselheiro Adriano de Brito que há mais conselheiros governamental novos, menciona a presença da secretaria nacional Marcia Rocha do FNDCA. Em seguida os adolescentes e os novos representantes do governo se apresentam. Após apresentação da pauta pelo vice-presidente do Conanda os conselheiros Edmundo propõem que a definição dos GT's do Conanda para a gestão 2017-2018 seja retirada da pauta e que seja feito um debate mais aprofundado sobre o tema, no entanto não é aprovada a retirada e a pauta é aprovada.

Informes:

BPC: A conselheira Lucimara da AMSK informa que em fevereiro representou o Conanda em um Grupo de Trabalho juntamente com conselhos setoriais de direitos e defesa: igualdade racial, direitos humanos, assistência social e coordenado pelo Conselho de Assistência Social criaram nota pública em defesa do benefício de prestação continuada, encaminhada para comissão especial de análise da PEC 287 e reforma da previdência social. A comissão especial julgou a permanência do salário mínimo.

Agenda no Estado de Pernambuco: O conselheiro Romero e a presidente do Conanda Claudia fizeram a agenda em Pernambuco. Romero destaca a gravidade do sistema socioeducativo no estado e que a visita que ocorreu dia 19/04/2017 da presidente do Conanda e ele representando a ANCED não resolvera o caos que se encontra o sistema socioeducativo mais tem um grande significado, apesar de não surtir o efeito urgente que a situação exige pois não se trata só de violação de direitos e sim de morte dos nossos adolescentes. Mais o Estado começa a se organizar para atender as demandas que o Conanda apresenta e isso surge efeito direto no sistema socioeducativo, a pauta apresentada pelo Conanda e a mesma que o conselho Estadual tem apresentando e isso fortalece a ação. Agenda com o Governador foi muito mal assessorada e o governo deixa claro a falta de informações dos fatos ocorrido, apesar de ter conhecimento das mortes e rebeliões os detalhes de como as coisas estão sendo conduzidas, como os processos estavam sendo administrados pelas secretarias e pela própria fundação a medida que vão tendo conhecimentos a partir dos relatórios do Comanda e do CNDH e de todas as falas e relatórios dos Conselhos Estaduais vai surpreendendo o Governador que parece não conhecer os fatos. O Conanda reafirmou o compromisso com o Plano Decenal Estadual Socioeducativo enquanto política pública de Estado, porque a secretaria de Estado sabendo da agenda do Governador lança dias antes da tal reunião um plano emergencial pro Sistema Socioeducativo de Pernambuco que não diz nada de emergência e da urgência que vive o sistema socioeducativo hoje e esquece que o próprio estado tem uma política pública que é o plano decenal do Sistema Socioeducativo, nesse momento lembramos o Governador que aquilo que ele diz que e o plano de emergência e simplesmente o conjunto de intenções que devem estar desencadeando cumprimento de metas do plano decenal socioeducativo e o mesmo vai entendendo isso, falamos se sobre o financiamento do meio aberto e para surpresa do Governador e ele achava que estava autorizando recursos para financiamento do meio aberto desde 2015 e quando e informado a ele que em 2015, 2016 e 2017 não e repassado pelo tesouro nacional nenhum valor para o sistema socioeducativo em meio aberto ele se surpreende. A Sr.^a Claudia Vidigal estava ali nos dois papeis, tanto presidente do Conanda como também de secretaria nacional foi muito firme na sua postura quando uns dos secretários informa para ela que deveria se calar pois ela não sabia de nada por não ter relação responsabilidade com unidade de internação com

socioeducativo onde ela demonstrou firmeza em reforçar tudo aquilo que o conselho estadual vem incidindo lá no estado e relatando que é uma responsabilidade sim do Governo Federal a qual ela respondia quanto Secretaria Nacional da infância e afirmando que o Estado brasileiro está respondendo na corte interamericana sobre a omissão que o Estado de Pernambuco por não está conseguindo responder quanto a situação do sistema socioeducativo. Foram enviados relatório e encaminhamentos aos conselheiros sobre a visita e é importante que o Conanda esteja acompanhando e peça devolutiva do que foi tratado junto ao governo do Estado.

Item 2. Relato das Comissões Permanentes do Conanda;

Comissão de Mobilização e Formação

Principais pontos abordados: A conselheira Lucimara Cavalcante informou a substituição de alguns representantes governamentais na comissão: Egerton como suplente do George representante do Ministério da Cultura, Clever Machado representante da SEPPIR não foi substituído e o representante da previdência social passou a compor a CDHP e saúda os representantes do G38 que irá contribuir para fechar o texto da resolução de participação de adolescente no Conanda. A CMF tem duas pautas a serem encaminhadas ao colegiado, primeira e que aconteceu no dia 13 de julho a celebração dos 27 anos do ECA, encaminhar para deputada Erika Kokay solicitação para ela fazer requerimento da audiência pública para comemoração dos 27 anos do ECA e deixando em aberto ao próximo ponto resolução de participação plenário que encaminhou a CMF demais proposta para comemoração em 13 julho. Quanto a resolução de participação temos a contribuição da conselheira Ana Beatriz da Fenapaes que fez destaque desde a reunião passada com referência as crianças e adolescentes que iram fazer parte do comitê com relação a plataforma digital.

CMF acordou na reunião passada que se encaminhasse aos CDCAS para que pudessem mandar considerações o Estado da Bahia contribuiu e o G 38, com as contribuições a CMF fechou a nova minuta com as seguintes contribuições: artigo 6º parágrafo 3º e no artigo 10 incisos 6º, houve modificações no cronograma de implementação para aplicação dessa resolução a conselheira leu as novas datas de implementação. A conselheira Glicia pede que seja encaminhado com antecedência minuta das discursões das comissões a conselheira Lucimara afirma que foi encaminhado, abre se uma discursão para verificar se o grupo de e-mails está com problemas, a secretaria pergunta quem mais está sem receber os e-mails. A Manuela faz questionamento e o conselheiro Vitor Cavalcante faz a leitura. Conselheiro Manoel questiona algo levantado na assembleia anterior sobre colocar ou não os temas da diversidade na resolução de participação e pergunta se modificou ou não e a conselheira Lucimara explica que a questão de diversidade ira entra no edital de chamamento, aprovado por unanimidade a resolução de participação. Com a palavra o adolescente Tiago que diz ter vindo de Rondônia só para ver essa sena da aprovação e relata importância dessa resolução parabeniza todos que colaboram com a construção. Conselheiro Edmundo pede a presidente do Conanda que a secretaria divulgue esse feito do conselho pois o conselho e questionado pelo que tem realizado e que a aprovação dessa resolução merece muita divulgação, usando todos os meios de divulgação possível exemplo a voz do brasil e outros. A presidente do Conanda pela alteração na pauta da participação da FONACRIAD, alteração aceita.

Deliberações/Encaminhamentos:

- Encaminhar ofício para deputada Erika Kokay solicitando agendar audiência pública em comemoração aos 27 anos do ECA;
- Aprovação da Resolução de Participação
- Solicitar a divulgação na Voz do Brasil sobre a aprovação da resolução de Participação, dando ampla divulgação. Pedir auxílio a consultora Ana Claudia. Deverão ter fala adolescentes e a sociedade civil.

Comissão de Orçamento e Finanças

Principais pontos abordados: Danyel Iório fez a relatoria da COF informando que houve discursão de dois pontos na comissão: Primeiro sobre o processo judicial que pede a nulidade dos artigos 12 e 13 da Resolução 137, essa ação foi julgada procedente a nulidade e depois suspenderam em outra estância, neste momento a nulidade foi suspensa os artigos valem mais ainda não foram julgados mais existe esse risco de qualquer momento isso mudar terram que pensar como tratar esse assunto na COP. O Segundo assunto também com relação a resolução 137, e em relação as vedações que essa resolução estabelece com os recursos do fundo em todas as instâncias em todos os níveis do País. Especificamente será tratado do artigo 16, parágrafo único cujos os incisos são vedação quanto a aplicação dos recursos do fundo. O conselheiro Daniel faz uma rápida explicação de que a destinação do fundo e unicamente para criança e adolescência exceto em casos de calamidade pública ou emergência que assim poderá gastar com idosos ou pessoas com deficiência. Faz a leitura do artigo e fala das 5 vedações, destacando a 5º que será alvo dessa discussão “Investimento em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos/ e/ou privados ainda que em uso exclusivo da política da infância e adolescência ocorre que a nova legislação do MROSK abre a possibilidade para sociedade civil façam despesas de capital (aumenta o patrimônio das entidades). Diante disso a COF começou a fazer uma revisão e lançou uma consulta aos conselhos estaduais, para resolverem se faz uma revisão intensiva da resolução 137 ou somente desse item em específico. Poucos estados responderam mais esses que responderam acham que devemos ser pontual somente no item inciso específico. Por não ter conhecimento do impacto que seria a proibição do inciso resolveram por sua vedação mais deixando a condição dos Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e Adolescente a possibilidade de com uma resolução própria poder criar normas para utilização dos recursos. O conselheiro Vitor Cavalcante sugere que se faça a explicação na própria frase do inciso, mais a o relator informa que essa foi a primeira discursão na comissão e que após orientação do Jurídico seria melhor criar novo inciso. A conselheira Glicia pede maior avaliação das consequências dessa possível mudança. O conselheiro Vitor Pleger diz concordar em parte com a conselheira Glicia mais que cada Conselho que regulamente condições do uso. A conselheira Glicia diz ter a sensação de estar lavando as mãos e Presidente do conselho Claudia Vidigal disse ter muitas dúvidas por esse motivo esse assunto já foi discutido outras vezes na

comissão, diz que o que está aprovando e que os Estados e Municípios terão que criar uma resolução de como poderá investir em infraestrutura e sugere que a mudança possa especificar a alteração a cada necessidade de utilização do fundo. A presidente abre a votação em seguida os demais conselheiros votam, todos favorável a alteração da resolução e somente uma abstenção. Antes do encerramento o conselheiro Daniel e faz menção sobre o orçamento do ministério ele afirma ter feito um relato a comissão sobre a pratica orçamentaria do fundo, da portaria anual que indica a disponibilidade do fundo e que nas próximas reuniões já devem fazer essa discursão. O conselheiro Edmundo fala de informações sobre corte de orçamento que podem prejudicar alguns programas na secretaria e que a comissão e acha viável o Conanda juntamente com a secretaria buscasse meios de assegurar a continuidade desses programas como PPCAN, DISK 100 entre outros que fazem girar a política da infância e de direitos humanos para não ter o risco de ver essas políticas fragilizadas, e também a preocupação com Sinase, o conselheiro Romero questiona a questão de que esse ano seria lançados 2 editais mais como terá pendencias para aplicação do fundo para o edital anterior acha que o valor disponível não será suficiente, o conselheiro Romero questiona que houve falha e muita burocracia por parte do Governo e que houve garantia de 2 editais para esse ano e que isso tem que ser cumprido, a presidente do Conanda concorda em partes e diz que a sociedade cível também tem responsabilidade pois o Edital saiu muito tarde. O conselheiro Vitor Cavalcante sugere que a mesa diretora provoque os foros, conselhos e sociedade cível para uma incidência política para liberação do fundo, a presidente Claudia pede a contribuição de indicação de todos os conselheiros para essa incidência com políticos.

Deliberações/Encaminhamentos:

- Aprovadas as alterações da resolução 137.

Abertura do segundo dia da 261ª Assembleia Ordinária apresentação da pauta e informes:

Principais pontos abordados:

A Presidente do CONANDA Sr.^a Claudia Vidigal inicia o segundo dia de Assembleia Ordinária agradecendo a presença dos conselheiros, convidados e parceiros e agradece a presença dos representantes da FONACRIAD e apresenta a modificação da pauta e pede validade da mesma á todos. Iniciar com a apresentação da FONACRIAD, em segunda apresentação do status do plano de comunicação com a consultora Ana Claudia em segunda CDHP, Conferência Nacional dos Direitos da Criança e Adolescentes, Plano Decenal, almoço e após continuação das relatorias das comissões permanentes com a CPP e por último a apresentação da Professora Caroline Arcari sobre crianças e adolescentes intersexo, pede também alguns minutos para informes da Delegação Brasileira em Genebra na Revisão Periódica Universal.

Informes:

FONACRIAD: A presidente do FONACRIAD Sr.^a Elizangela faz relatos de vários Estados que estarão reunidos hoje e amanhã aqui em Brasília debatendo termos pertinentes a implementação do Sinase no Brasil, e que eles trabalham de forma

articulada com a coordenação do Sinase e durante a 10ª CNDCA ficou acordado juntamente com SINASE que encaminhariam juntamente com ANCED, RENAD, CONANDA, FONAJUV, MS, MDS para uma articulação e conversa para enfrentar os desafios com a saúde mental à questão das PEC'S quem envolva a redução ou aumento de tempo de internação, articulação com o Conselho Nacional de Justiça. Cita os desafios da demanda socioeducativa de adolescentes envolvidos em organizações criminosas e facções, letalidade dentro do sistema, retrocesso na compreensão da política socioeducativa com o projeto da Lei para aumento do tempo de internação que fere assim o princípio da brevidade da medida e as dificuldades de manter unidades pequenas dentro dos padrões pedagógicos, arquitetônicos e de segurança estabelecidos pelo Sinase e relata também a importância de que as medidas em meio aberto sejam garantidas pois poderiam reduzir o número de internações. Agradece o espaço e acredita na força do Conanda e a importância desse espaço que lhes foram cedidos. A Presidente do Conanda indaga que se impressionou com a organização do FONACRIAD, cita suas reuniões que acontecem a cada 4 meses com todos os gestores do programa e pede ao coordenador do Sinase para socializar a agenda do Conanda esses encontros assegurar os conselheiros está em todos os espaços mais e de grande importância a participação quando possível. O vice presidente professor Marquinhos diz da importância da participação da sociedade civil diz que nessa gestão tem muitas prioridades e uma delas é estratégica que se anda isolado a política não anda sozinhos e que a sociedade civil e FONACRIAD que é de fundamental importância nos estados e que as representações internas que tratam 100% do mesmo tema que o FONACRIAD usa. O prof. diz que da mesma forma que eles usam nas defesas do fórum da criança e dos adolescentes também vai defender o FONACRIAD e coloca todos a disposição para o que poder construir coletivamente nesse espaço do conselho ou onde os conselheiros estejam pois o trabalho da ponta e de grande importância. A conselheira Jimena relata que teve a oportunidade de participar das reuniões ampliadas que estavam clamando de colegiadas com a presença do Conanda, FONAJUV e pode conhecer as crises de alguns Estados e suas dificuldades e a grande importância dessa união de Governo, sociedade civil e gestores e com comprometimento com a causa e esse olhar para o meio aberto. Conselheiro Vitor Cavalcante fala da importância do momento e da repetente Elizangela e diz que ela quem o ensinou tudo sobre o SINASE. Diz que esse debate nesse sistema e que esse sistema por si só é fragmentado cita quem tem responsabilidade de quem cuida do meio aberto e o meio fechado e diz das unidades do meio fechado que estão superlotados. Também coloca em questão sobre o agente socioeducativos sobre os contratos precários de baixos salários, sobretudo a metodologia como exerce dentro das unidades socioeducativo.

Conselheiro Romero também parabeniza a presidente do FONACRIAD e diz que a ANCED tem o princípio base atuação base nos seus espaços de conselhos o que é a realidade dos meninos e meninas e diz que o conselho é totalmente contra o aumento do tempo de internação ele diz que a vinda da FONACRIAD vem para trazer a realidade como está o momento nas unidades e que se surpreende com os argumentos da necessidade da responsabilidade de adolescente com o aumento de tempo e internação e aproveita o momento para lançar o relatório nacional produzido pela RENAD com parceria com CONANDA, SDH com a articulação com ANCED sobre a situação das unidades socioeducativa sobre a privação de liberdade esse relatório e um projeto apoiado pelo CONANDA dados coletados em 2015. O conselheiro Luiz Barcelos representante do ministério da Saúde registra a importância da pauta para o para o ministério da saúde pela força da política na saúde. Luiz diz que vai conversar com a Elizangela sobre o monitoramento do Maranhão. Coloca o MS a disposição a compartilhar e avançar e em seguida agradece. A presidente do Conanda agradecer publicamente conselheira Maria Clara que apoiou na construção no relacionamento com

secretarias Estaduais buscando um ponto focal do SINASE em todos os Estados. O coordenador do Sinase o Srº Ricardo

perspectiva nessa coordenação é de olhar muito para o trabalho Inter setorial e diz que não há nenhuma possibilidade de avaliar os temas ligados direto ou indiretamente a política do SINASE se não de forma integrada entre o Governo Federal Estadual sociedade civil sistema de justiça e todos os parceiros que acompanha essa política, cita na sua fala sobre o agentes, os técnicos e os apoios socioeducativo e diz que esse foi o objeto do seu mestrado e será também do seu doutorado, sua estratégia é formação presencial ou a distância implementação de outras formas de atuações. Implementação de

obras e construção de Semiliberdade se for construída cerca de 50 unidades socioeducativa no Brasil 15 a 22 milhões em poucos dias elas seriam lotadas a ideia é que tenha outra visão sobre o meio aberto no âmbito do MSD e diz que em breve terá novidades e em seguida agradece. A Srª. Mirian conselheira na gestão anterior e expectora da Instituição Dom Bosco se expressa de maneira emotiva pois ao falar no sistema socioeducativo no nosso País ela senti uma imensa tristeza e chega a fazer comparação do sistema com campos de concentração e que o Estatuto tem avançado pouco na ponta pois conhece de perto a situação pois viajou a vários lugares do nosso País quando era presidente do Conanda. Ela menciona várias mortes no sistema e um mais cruel que o adolescente teve o coração arrancado em Governador Valadares MG e que apesar de estabelecido na Constituição o socioeducativo não e prioridade para o Governo.

Conselheira Maria Yvelonia representante do MDSA, ela enfatiza que estão trabalhando de forma coletiva com a coordenação do Sinase e que eles juntamente com MS e ME estão orientando os municípios a trabalharem a Inter setorial, isso criando notas técnicas que orientam os municípios como trabalharem a intersetorialidade. Cita também Câmara técnica que define novo modelo de atendimento pois como e estipulado que CREAS atenda as medidas em meio aberto no entanto não existe CREAS em todos os municípios. Conselheira Glicia relata que a Sergipe as unidades de internação está uma calamidade sem condições mínimas de higiene e que a morte e silenciosa, a OAB recebeu denúncia de técnicos que trabalha nas unidades e que existe um plano de ação de quando o ministério público tomou ciência da situação mais falta vontade política.

A presidente Claudia Vidigal Sugere dois encaminhamentos, como a presidente do FONACRIAD e o Coordenador do Sinase por terem um bom relacionamento importante com a gestão de Sergipe possam tratar desse assunto, e já havia nesse conselho um acordo de que quando houvesse um ocorrido de tamanha gravidade que se manifestaria através de uma carta padrão mesmo sabendo que isso não resolve o problema, sugere que a carta seja construída pela conselheira Glicia e a Secretaria Executiva Maria Gutenara e que o mesmo seja feito em relação ao que a Miriam trouxe sobre a situação em Minas Gerais.

Ficando acordado que a carta será validade pela presidência e vice presidência do Conselho representando o Governo e Sociedade Civil.

Com a fala a Presidente do FONOACRIAD agradece o espaço, concorda com a fala e denúncias mais também não podem deixar de mostrar os esforços significativos que tem sido feito e alcançados melhoras em várias unidades com gestores e governos que tem apresentados propostas de compromisso ela e todos os gestores da FONACRIAD agradece o espaço e se coloca à disposição do conselho para o que for necessário.

A presidente menciona o esforço e os bons resultados alcançados do Estado de Espirito Santo.

Deliberações/Encaminhamentos:

- O FONACRIAD e a Coordenação do Sinase fazem contato com os representantes do Estado de Sergipe para questionar a situação do Sistema Socioeducativo no Estado.
- Construção de Carta Padrão pela conselheira Glicia e Secretária Executiva Maria Gutenara e validada pela presidência e vice presidência do Conanda questionando a situação Sistema Socioeducativo e que a Miriam ajude a construir uma carta sobre a situação em Minas Gerais.

PLANO DE COMUNICAÇÃO: Consultora Ana Claudia se apresenta menciona que e a segunda consultoria que realiza no Conselho, faz relato do plano de comunicação.

O plano foi elabora e aprovado por essa plenária no ano de 2015 o modelo escolhido foi comunicação em redes. Apresenta as etapas do plano e que nessa consultoria será realizada as etapas 1 e 2.

Etapa 1: Apresentação e capacitação para comunicação;

Etapa 2: Instalação de fluxos de comunicação de gestão de comunicação;

Etapa 3: Sustentabilidade integração dos fluxos e a construção colaborativa dos planos táticos dos locais e nacional.

Etapa 4: Mensurar os resultados e avalia como foi a implementação e a execução das ações.

Informa que a consultoria e temporária e que após e necessário uma assessoria permanente para dar continuidade das atividades implementações e faz relato do cronograma operacional e faz menção do ao boletim e informativo e que será encaminhado aos CEDCAS e todas as informações estão no portal e faz um resumo do portal dá um destaque na opção do conselheiro que fica dentro do portal criado desde assembleia de 259ª foi enviado um passa a passa a todos os conselheiros com senha e como acessar , ela destaca que uma ação a deixou muito feliz muitas curtidas no portal, como meio de comunicação e pede a todos os conselheiros que de forma colaborativa um pedido ato e suas entidades para construir e implementar esse plano de forma colaborativa e participa para troca conteúdo e pergunta se os conselheiros tem dúvidas. A conselheira Lucimara diz que a CMF vem acompanhando o plano desde a construção, parabeniza e diz se preocupa pois o plano de comunicação tem a fragilidade de não ter uma comunicação especifica e diz que apenas com a Ana o portal não vai chegar ao seu 100% da meta do plano de comunicação, pois teria que contratar os demais profissionais para garantir êxito total. A representante do CDCA/MG a senhora Miriam diz que está alegre em ver o portal funcionando novamente, o conselheiro Vitor Cavalcante parabeniza pelo trabalho com o Plano de comunicação ele ressalta que ano de 2015 foi o ano com menos comunicação e diz que para avançar os conselheiros precisam aderir a esse plano e valorizar cada passo que está sendo construído. A consultora Ana Claudia em resposta aos questionamentos diz que hoje tem um plano de comunicação ideal como o conselho merece mais e necessário viabilizar vários itens a começar pelo portal e difícil fazer sem um apoio técnico necessário para modernizar a plataforma. A Conselheira Thais questiona sobre linha orçamentaria e como os conselheiros podem contribuir? O conselheiro Edmundo diz se preocupar com a plataforma pois como exemplo do SIPIA que não consegue alcançar o objetivo necessário. A Consultora Ana Claudia retoma a fala e diz que está aberta a responder todo questionamentos.

Item 3. Continuação dos Relatos das Comissões Permanentes do Conanda;

Comissão de Direitos Humanos e Assuntos Parlamentares:

Principais pontos abordados: Conselheira Jimena informa que na reunião da comissão a pauta foi estabelecida no mês anterior e alguns assuntos inclusos pela mesa diretora. Iniciando sobre o PL de sacralização dos animais a comissão acata a relevância do tema e sugere que esse assunto deve ser tratado diretamente a secretaria e o Ministério de Direitos Humanos o conselheiro Romero diz não entender a ligação desse tema com os direitos de crianças e adolescentes. Próximo ponto a conselheira Jimena faz menção do levantamento das principais PEC'S e PL'S onde selecionaram as 40 mais importantes, agradece a presença do Hélio como técnico que acompanha as PL'S no congresso e que irá criar um relatório para acompanhar dos andamentos. Ira solicitar nova audiência com Deputado Aliel para que atualize as informações, o conselheiro Romero relata a importância desse contato com o Deputado. A conselheira Glicia pede olhar especial sobre a PL de adoção. Outro ponto e o retorno da resolução conjunta entre o CONANDA, CONARE E CENIG, ela cita a Inajara como interlocutora pensou em elaborar uma minuta de uma resolução própria para abranger todos os aspectos contidos nessa, se acharem necessário alguma alteração será designado um representante para atender os questionamentos.

Próximo ponto levantamento de políticas pública de fronteiras que tinha designado na última plenária sobre uma denúncia em Tabatinga, sobre as precariedades de políticas públicas na região de fronteira. Renato: fala sobre um comentário das fronteiras sobre a preocupação de um evento de proteção social então ele menciona sobre a carta de Belém, ele sugere além desse levantamento que a comissão vai pedir o apoio da Cooperação internacional seja levado em conta o seminário. A comissão irá pedir encaminhamento da carta de Belém. Quinto tópico é a redistribuição das iniciativas do planejando estratégico avalia outras propostas de outras comissões para CDH/AP como a inclusão da elaboração de instrumento de defesa de proteção de criança e adolescente frente das mídias e nova tecnologias e questiona duas questões, uma e a consolidação de construção de incidência com o MEC e CNE sobre educação questões sobre competências questiona se é a da CPP ou CDH/AP e a outra é o status da proposta sobre exposição da imagem do trabalho infantil e qual será a proposta da comissão. Edmundo fazer referência ao 5.1 sobre proposta sobre exposição da imagem do trabalho infantil e fala sobre a inclusão da internet outras formas de mídia e lembra sobre o jogo Baleia Azul então ele sugeriu que na mesa diretora que as instituições para consulta ou convidar o conselho de psicologia para se pronunciar e para contribuir uma construção sobre esses referencias.

O próximo ponto, sobre o informe sobre o PL sobre adoção que o Hélio trouxe após a consulta pública e a CDH/AP solicita a associalização do texto consolidada e do PL do Augusto Coutinho que está em regime de urgência na câmara e quais serram atribuído na comissão.

Ponto 7, participação da comissão da CPP nas discursões sobre a população LGBT ocorrida na CPP a Glicia foi representando a CDH/AP, Glicia: ela diz que o relato a própria comissão vai fazer então ela na ocasião pode fazer uma complementação se for o caso.

Ponto 8: é sobre a questão da PL do senador Aécio que é sobre o endurecimento da sanção que utiliza criança e adolescente no crimes do Moraes de idade e do senador Pimentel sobre a mitigação dos danos sobre o temo de internação o Hélio tem se posicionou que a secretaria fez uma intervenção com o senador Pimentel para ele retirar

essa PL. O conselheiro Danyel informa que ontem teve uma reunião com o Rodolfo Rodrigues se comprometeu a apresentar uma emenda para suprir essa proposta.

Com o último ponto: objetivos é o acompanhamento dos tratados internacionais o relato do RPU e solicita as informações sobre todos os protocolos e convenções internacionais e quais status que diz respeito de crianças e adolescentes.

Inajara: sobre o 9º ponto diz que contratou uma consultora que está trabalhando nas recomendações, Judite em 2014/2015 sobre os protocolos estão com edital em aberto.

Romero: traz um informe triste e lamentável que nesse exato momento está ocorrendo uma rebelião na unidade de atendimento Abreu Lima em Pernambuco de forma muito violenta. Lucimara: faz um pedido de encaminhamento que o link dos protocolos por que não está na página da SDH. Srº Ananias questiona sobre a adoção sobre os relatos da comissão e diz que se triste com o estado de Sergipe e segundo é sobre a adoção frustrada e sobre o apadrinhamento afetivo que está junto no projeto, lembra-se de uma proposta que tinha no CONANDA de um assessor direto no congresso e finaliza depois de ponderar sobre o assessor.

Deliberações/Encaminhamentos:

- Retorno sobre PL Sacralização de animais – A comissão sugere que a Secretaria realize a interlocução direta com o Ministério de Direitos Humanos sobre apoio ao tema de defesa da sacralização e incidência sobre o PL.
- Acompanhamento dos PLS e PECs no Congresso Nacional (selecionar as 40 mais importantes e estratégicas de avanço)
- Solicitação de Audiência com Deputado Aliel para atualização e com participação do Sinase.
- Incluir no próximo edital, uma rubrica para apoio a projetos de monitoramento e comunicações sobre os PLs em tramite no Congresso Nacional, como apoio e contribuição a CDHAP/Conanda.
- Retorno da resolução conjunta Conanda, Conare e CNig sobre a entrada de crianças e adolescentes desacompanhadas no País, elaboração de minuta de resolução abrangente para toda de crianças e adolescentes em situação de migração ou refúgio desacompanhados.
- Levantamento de políticas públicas de fronteira, encaminhamento da coordenação de Cooperação internacional dos materiais para análise da Comissão.
- Pedir encaminhamento da carta de Belém para a comissão.
- Informe sobre o PL de Adoção pós consulta pública, apresentação melhorada da proposta após consolidação. CDHAP solicita socialização do texto consolidado e do PL do Augusto Coutinho.
- Participação da comissão nas discussões sobre a população LGBTI.

- PL Aécio – endurecimento da sanção que utiliza criança ou adolescente no crime. E o Pimentel – na contramão do que se está conversando com a Câmara dos Deputados

A Presidente do Conanda Cláudia Vidigal faz relato da viagem a Genebra na comissão direitos humanos da ONU onde da revisão período universal e cita sobre os relatórios Brasileiro. Estavam presente no evento na comitiva a Secretária Nacional das Mulheres, Secretária Nacional da Criança e Adolescente a Secretária de Direitos Humanos a Ministra, Secretária Executiva do Ministério da Educação, presidente do INEP, SEPIR, e a Secretária da Pessoa com Deficiência e o Ministério das Cidades. Ira apresentar ao Conselho um compilamento das recomendações dos Países ali presente. Fala sobre as recomendações de 2012 e acha importante pautar essas questões e como o conselho pode cuidar dessas recomendações incluindo nos planejamentos e a título de informe sobre recomendações sobre o que o Fábio Paes fez ao sair da presidência do CONANDA foi que pudesse criar um sistema de conselho de monitoramento dessas recomendações internacionais. A consultora Judite foi contratada para fazer uma varredura de todos os estados para receber esses relatos cita o protocolo facultativo de comunicação que o Brasil assinou e sugere que todos façam uma leitura para conhecer. O conselheiro

Romero informa que ANCED tem uma experiência acerca das recomendações sobre o relatório periódico universal entre 2005 a 2009 e pode trazer alguma matéria sobre o sistema socioeducativo e diz que é importante trazer isso. Conselheira Jimena acrescentando como sociedade civil que acompanha desde 2009 e já teve presente com a Ministra Maria do Rosário e acompanha a 169 recomendações e faz sempre o recorte de recomendações e apresenta suas recomendações que pode acompanhar e contribuir última comitê foi com informação antecedentes acompanhou o comitê online e finaliza. A conselheira Thais quer saber quais compilações dos temas colocadas pelas recomendações para ter um panorama às recomendações foram colocadas em eliminação exploração sexual casamento infantil, trabalho infantil, uso de castigo físicos o ME se manifestou contra emendas iniciativa de reduzir responsabilidade criminal e contra crianças em situação de rua e em zonas rurais e também com crianças com deficiência e diz que as recomendações seria muito bem vindas e reforçar a CDH/AP sobre como pode trabalhar com esse protocolo e agradece. O conselheiro Manoel fala da sua instituição criança não é de rua e diz que monitorando o relatório das recomendações está curioso como o estado brasileiro responde à ONU sobre o relatório 2012, a outra informação foi o relatório sombra que falava do avanço do conceito da criança e adolescente em situação de Rua no Brasil via CONANDA e cita a resolução 001. Conselheira Deusineia diz que ainda não leu e não entendeu muito bem o que ele exatamente está querendo, mas o ministério do Trabalho diz que pode estar contribuindo com outras informações nas 182 trata da questão da exploração sexual que considera como trabalho infantil no decreto, mas diz que está muito bem avançada nessa questão os relatórios tem que ser revisto.

PLANO DECENAL:

Conselheiro Edmundo relata que o Conanda realizou um encontro o ano passado com os presidentes de Conselhos Estaduais e nesse encontro ficou pontuado algumas questões uma delas foi a necessidade de reeditar a resolução sobre o plano decenal por que o

estado e os municípios estavam com dificuldades. O estadual estava com dificuldade de obrigar os municipais e os municípios se sentiam com responsabilidade de executar os planos por que os prazos tinham acabado e por outro lado começou haver pressões do ministério públicos, então trouxeram a ideia de reeditar a resolução estabelecendo novos prazos alguns conselheiros rebateram por que já tinham prorrogado ele diz que só a Mesa diretora encaminhou uma proposta de data sem altera o escopo da resolução.

O conselheiro Vitor Cavalcante relata que a maioria opta pela alteração da resolução com novas datas diz que não vai ter problema então ela deixa registrado algumas questões ela cita o SINASE sobre os prazos do plano decenal e por isso que o Ministério pública está entrando com uma ação judicial e segundo ele acha que o município pontuar por que o prazo já passou e critica a falta de vontade do município e deixa bem claro que é falta política e não culpa das datas. Secretaria faz uma pergunta ao Vitor: se ele tem alguma proposta diferente dessa ela responde dizendo que a proposta dele seria manter a proposta que está e não fazer alteração. Conselheiro Romero cita algumas pesquisas de dado do Estado de alagoas e diz que alguns municípios não fizeram os planos decenais e defende que antes de fazer qualquer mudança e fazer uma busca como está o conjunto e a partir daí se pensar.

A presidente do Conanda diz concordar com o Vitor na mesma linha que ele coloca e proponha que possa fazer um encaminhamento dizente para estados e municípios e diz que têm que coloca muita pressão os conselhos estaduais que eles precisam sim apresentar seus planos decenais e acha ótimo ter trazido o tema para plenária e talvez na comissão amadurecer e traz esse encaminhamento para dividir o tratamento dos estados e municípios. Conselheira Glicia faz um posicionamento que devem acionar o Ministério Público para fazer vale o que está escrito. A conselheira Lucimara posiciona que a maioria dos estados não respondeu a coletas de dados feita pela CNF e umas das perguntas e sobre o plano decenal e de 13 só 5 tem o plano decenal. A presidente do Conanda diz não se sentir à vontade para votar essa questão, Vitor diz que mesmo que o prazo se estingue o município tem que fazer o plano decenal. O vice presidente pede a plenária que tentem resolver essa questão nesse momento mesmo que não seja definitivo e pergunta se há condições de deliberar isso agora ou se resolvem deixar para fechar na próxima assembleia. A presidente Claudia pede votação para deliberar se a votação fica para próxima assembleia e a maioria concorda.

Depois da votação ainda há debates: A conselheira Glicia diz que fez um encaminhamento da mesa que foi essa que foi colocada a mesa diz que não está apta a votar e faz suas palavras da do Romero e pede que fosse colocada a proposta dela de encaminhamento que é a recomendação que independe da votação da prorrogação da resolução e no sentido de contribuir o professo pede para retornar a votação e em seguida questões de ordem.

Edmundo diz que a Glicia traz um novo elemento que tem que ser discutido ele fez uma proposta sobre o tema do debate aguarda a pesquisa e nesse procedimento do processo como será a nova decisão publica sugere uma nova resolução ou uma recomendação e lembra que essa pauta foi delibera pelos presidentes dos conselhos estaduais, em seguida o professora retoma a fala sobre a responsabilidade por uma assembleia razoável boa ou ruim é desse colegiado então propôs novamente uma votação para se debater sobre o plano decenal e deixa a palestra da professora para outra assembleia e pede para entrarem em um acordo.

Lacerda: Pede uma questão de ordem a secretaria acata e diz que discutiram sobre o tema da resolução e não chegaram ao consenso discutiu questão de encaminhar a recomendação que também foi discutido então pra ela vai no encaminhamento que foi dado, ele lembra que teve uma votação que optou para deixa para próxima assembleia pra ele é ponto fechado. A secretaria toma a fala e defende a decisões da mesa, portanto ela sugere que prossiga e deixa o tema do plano decenal para próxima assembleia e pergunta quem pode cuidar e descarta a mesa direito. O Vitor Cavalcante faz um

encaminhamento e diz quem vai cuidar do plano em si então decide que a CMF cuide da análise de dados então finaliza com a próxima comissão que é a CPP então a Deusineia dialoga com a secretaria sobre um acordo.

Deliberações/Encaminhamentos:

- Deliberaram para a próxima assembleia votação sobre prazo dos municípios quanto ao plano decenal.

CONFERENCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTES:

Vice-presidente do Conanda anuncia que ficou acordado com a sociedade civil que apresentaria a proposta dos nomes indicados para compor a comissão organizadora da Conferência que tenha a composição de 10 nomes: O presidente e o vice presidente do Conselho e um representante da sociedade civil de cada comissão o governo fara o mesmo.

Indicações da sociedade civil:

CMF: Lacerda

COF: Vitor Pleger

CPP: Renato Bonfim

CDH/AP: Romero

A partir dessas indicações iram trabalhar para o próximo mês, minuta e eleição do coordenador.

Houve concordância dos representantes do Governo.

Item 4. Continuação dos Relatos das Comissões Permanentes do Conanda;

Comissão de Políticas Públicas:

A Conselheira Catarina solicita a mesa que a CPP não ficasse para apresentar seu relatório por último devido a pauta ser grande e acaba sendo, a presidente do conselho sugere um rodizio das comissões todos ficam de acordo, mas o professor faz uma ressalva quando estiver a questão do fórum qualificado que tem que garantir a quantidade de conselheiros ai ela entra mas como isso não é em todas as assembleias que faça o rodizio o ultimo vire primeiro e assim sucessivamente que é a melhor maneira.

A conselheira Catarina apresenta o primeiro ponto de pauta da CPP foi a discursão da minuta de resolução das diretrizes políticas metodológica para atendimento de criança e adolescente em situação de rua na assistência social então participou desse discursão a CPP do CNAS, eles fizeram uma discussão e em alguns pontos não conseguiram

finalizar a leitura por que trouxe algumas dúvidas e alguns questionamentos. A conselheira Juliana relata que receberam a minuta encaminhada pelo MDSA o processo está iniciando pela CPP é um documento que vai exigir uma aprovação conjunta dos dois conselhos e quando a CPP recebeu já mandou circular para todos os conselheiros para acompanhar todo o processo e fizeram várias contribuições e na reunião da CPP com a representante da CNAS já fizeram a discursão encima da minuta que a CPP trabalhou já com suas sugestões conseguiu vencer todo o documento foi um debate rico mas com pouco tempo mas que envolveu muito da comissão, foi solicitado também que fosse encaminhado para os conselheiros da CPP um material da sistematização da consulta pública para ver na sistematização e se ainda tinha algum ponto para recuperar o texto da resolução então já foi disponibilizado e circulado até a reunião da CPP e CNAS já deve estar pronto o trabalho e a versão trabalhada ontem já foi circulada para todos os conselheiros e se algum conselheiro tiver alguma sugestão pode encaminhar até o dia 14. A minuta ira para CPP do CNAS, retorna com as alterações e passa pelo pleno.

A conselheira Catarina continua os encaminhamentos citando o acompanhamento do CONANDA da definição do serviço com equipamento de complexidade para atendimento do SUAS para quem trabalha com criança e situação de rua outra sugestão é a continuidades dos trabalhos e reflexões do GT'S tinham discutido ontem no fórum sobre aquesta enquanto CPP houvesse que os produtos GTS e discursões dessas continuidades e deu alguns exemplos na política de saúde e educação, e a questão do acolhimento compulsório. A conselheira Juliana que no planejamento da CPP tem várias questões relativas da criança e adolescente em situação de rua para trabalhar este ano e ano que vem é um tema que continua na pauta a própria representante do CNAS fez a sugestão da continuidade do GT então sabre que vai ter uma decisão coletiva em relação aos GTS e sugerem a participação do Manoel Torquato devido a técnica e conhecimento do assunto se deve assegura a presença do mesmo. Em seguida fala da pauta LGBTI que foi uma pauta solicitada e teve um momento com o Toni Reis que fez uma apresentação da pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no Brasil 2016 foi compartilhado no grupo do CONANDA o link da pesquisa resumindo a pesquisa ela é feita pela internet com vários questionários que fala sobre o ambiente escolar.

Objetivo da pesquisa: iniciar a discursão e identificação e temática prioritária para abordagem do tema LGBTI a sugestão trazida por Toni Reis era que o Conanda faça uma resolução cerca do nome social parâmetros e recomendações.

Na pesquisa Toni Reis relata sobre a violência física e psicológica como os casos suicídios essa é a preocupação por parte dele. Falando um pouco sobre o relato do conselheiro da LGBT trouxe a questão de criança e adolescente em situação de rua que podia priorizar aqui ele fala sobre a violência, questão da evasão escolar, HIV/AIDS, violência de direitos no ambiente do acesso ao serviço sugestão dele é fazer um comitê inter-conselhos que chamasse o CONANDA, CONJUV, LGBT, para poder discutir essa pauta uma coisa que ele trouxe de interessante uma pesquisa sobre os anais se tinha algo relacionado a isso importância em fazer cartilha que fala sobre a discrimina idade que sensibilizar uma forma geral.

A conselheira Roberta fala sobre a questão da aprendizagem por conta da reforma trabalhista o art. 429da CLT então o congresso tiro a pauta da cota de aprendizagem, ela recebeu uma informação do fórum gaúcho de aprendizagem que a pauta vai voltar a ser mexida nesse art429 em função de uma solicitação do conselho nacional de indústria de que se muda novamente já preocupado com isso já protocolado um documento no fórum gaúcho e que o CONANDA faça um documento e entregue ao relator. Deusineia se apresenta como representante do ministério do Trabalho dizendo que semana passada tiveram uma reunião com relator dessa medica do Ministério do Trabalho e um grupo se destacou para conversar com ele e que além da questão da cota o pior fato e a terceirização e que isso deve ser discutido uma emenda para garantir vagas.

A conselheira Maria Yvelonia relata que na reunião do Forum PETI levantou essa questão

e o desejo de se juntar ao Conanda para trabalharem essa causa de garantir o tema de aprendizagem. A conselheira Deusineia pede para fazer uma sugestão, ela acha que precisaria de 2 pessoas da CPP 1 assessoria parlamentar e 1 da CDH/AP, a secretaria pergunta quem proposta a participar da comissão Catarina, Roberta, Danyel, Glicia e Deusineia e fecha quem irá participar, a Glicia coloca o tema da reforma trabalhista.

A conselheira Catarina pede só para finalizar a relatório de que na pauta LGBTI foi sugestão de uma nota de repudio sobre o genocídio dessa população e fazer uma nota conjunta o LGBT o CONANDA e chamar o CONJUV então saíram como encaminhamento e por último em relação que a CPP está avaliando o documento orientação de elaboração de alto atendimento em serviço de acolhimento. A conselheira Juliana diz que o documento está disponibilizado para consulta pública um documento do MDSA tem um prazo até 30/06 para as contribuições e a CPP vai analisar o documento e encaminhar sugestões.

Deliberações/Encaminhamentos:

- Encaminhar para os conselheiros da CPP material da sistematização da consulta pública para ver na sistematização pontos favoráveis para contribuir com a minuta.
- Assegurar a participação do conselheiro Manoel Torquato na reunião da Comissão do CNAS que irá tratar de criança e adolescente em situação de rua.

APRESENTAÇÃO DA PROFESSORA CAROLINE ARCARI SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES INTERSEXO.

Caroline Arkarie, escritora pedagoga e mestre em educação sexual conhecida como a “Carol do Pififi” e explica sobre o livro Pififi que já foi publicado em vários países e várias línguas. Ela explica na última obra o que é privacidade que é a primeira obra que engloba intersexo como um dos personagens. Livro trabalha em forma de desenho as partes íntimas então primeiro se fala de forma íntima sobre o corpo, mostra uma criança menina (vulva) e um menino (pênis) e outro personagem intersexo na rede sociais também tem o que é intersexo inda é muito tímido no Brasil eles tem um grupo nas redes sociais que se chama visibilidade intersexo que começou com um canal de dois informando as pessoas sobre essa condição que não é tão incomum como se imagina quantidade de pessoas 50 nesse grupo no Brasil, intersexo é um termo usado para designar uma variedade de condições de pessoas a reproduzir a anatomia humana com órgão genital que não se encaixa nos padrões tipo de condições físicas nem feminino e nem masculino. Ela ilustra o bonequinho qual é a orientação sexual que se refere atração efetiva sexual de uma pessoa por outra a expressa de gênero como a pessoa se apresenta sua aparência seu comportamento e o intersexo se refere ao sexo biológico

que não se restringe ao órgão genital externa, mas o conjunto de configurações que inclui também aparte genética, hormonal e configuração física. Caroline apresenta slide com explicações sobre o tema e relata a importância. A conselheira Thais pede para esclarecer dúvidas sobre no projeto de lei se considera uma boa iniciativa ou se ele é um pouco mais amplo se dialoga com equipes médicas com os procedimentos gerais e a outra dúvida se já tem alguma iniciativa voltada a reparação para essas crianças. Carolina diz quanto ao projeto de lei se restringe que além do sexo masculino e feminino seja estabelecido a possibilidades de ser registrado como sexo indefinido quanto a serviços desconhece por que não é área dela, mas tem várias pessoas que ela ficou de passar por e-mail que trabalham nessa área.

O conselheiro Manoel coloca duas questões um encaminhamento em incidir o ministério da saúde esses dados aparecessem no cadastro no TABNET a outro encaminhamento conceda nesse GT que está sendo proposto um assento reservado a alguém com propriedade nesse tema e agradece a presença Caroline relata que é muito importante por que Ministério da Saúde crie um protocolo e hoje o que guia essas decisões do Conselho Federal de Medicina.

18h00: Encerramento da 261ª Assembleia Ordinária do Conanda.